

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
------------------	---

CAPÍTULO I - A CONCEITUAÇÃO DE DADOS PESSOAIS DISPONÍVEIS PUBLICAMENTE

I. A FORMAÇÃO DO DIREITO À PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NO BRASIL	7
I.1. Fundamentos Teóricos e Históricos.....	7
I.2. A construção da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais brasileira	15
I.3. O reconhecimento do direito fundamental à proteção de dados pessoais pelo Supremo Tribunal Federal e a superação da dicotomia público-privado	20
II. O CONCEITO DE DADOS PESSOAIS.....	33
III. EM BUSCA DE UMA DEFINIÇÃO PARA A CATEGORIA DE DADOS PESSOAIS DISPONÍVEIS PUBLICAMENTE	57
III.1. Definição preliminar de dados pessoais de acesso público.....	66
III.2. Definição preliminar de dados pessoais tornados manifestamente públicos pelo titular	73
III. 3. Conclusão: modelo analítico acerca da definição das subcategorias de dados pessoais disponíveis publicamente.....	80

CAPÍTULO II - PARÂMETROS LEGAIS PARA O TRATAMENTO EQUIVALENTE DE DADOS PESSOAIS DISPONÍVEIS PUBLICAMENTE

I. O MODELO EX ANTE DE PROTEÇÃO DE DADOS ADOTADO PELA LGPD.....	85
---	----

II. CRITÉRIOS ESPECÍFICOS PARA O TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS DE ACESSO PÚBLICO (ART. 7º, § 3º, DA LGPD)	95
II.1. Primeiro requisito: tratamento à luz do princípio da boa-fé	99
II.2. Segundo requisito: tratamento à luz do princípio da finalidade	110
II.3. Terceiro requisito: tratamento à luz do interesse público que justificou a disponibilização do dado pessoal publicamente	122
III. REQUISITOS ESPECÍFICOS PARA O TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS TORNADOS MANIFESTAMENTE PÚBLICOS PELO TITULAR (ART. 7º, § 4º, DA LGPD)	129
IV. HIPÓTESES DOS §§ 3º E 4º ENQUANTO BASES LEGAIS AUTÔNOMAS PARA O TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS DISPONÍVEIS PUBLICAMENTE.....	150

CAPÍTULO III - PARÂMETROS LEGAIS PARA O TRATAMENTO POSTERIOR COMPATÍVEL DE DADOS PESSOAIS DISPONÍVEIS PUBLICAMENTE

I. OS RISCOS DO TRATAMENTO POSTERIOR INCOMPATÍVEL DOS DADOS PESSOAIS DISPONÍVEIS PUBLICAMENTE	163
I.1. A plataforma "Tudo sobre Todos" e o risco da agregação de dados pessoais	175
II.2. Duas faces da mesma moeda: como conciliar o tratamento posterior com a proteção do titular dos dados pessoais?	189
II. PARÂMETROS LEGAIS PARA O TRATAMENTO POSTERIOR DOS DADOS PESSOAIS DISPONÍVEIS PUBLICAMENTE (ART. 7º, § 7º)	191
II.1. Propósitos legítimos e específicos do novo tratamento e a importância da avaliação de compatibilidade	195
II.2. Garantias inalteradas: observância dos princípios e fundamentos, preservação dos direitos do titular e a necessidade de uma interpretação sistemática da LGPD	208

CONCLUSÃO.....	213
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	217